



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 17ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema de 03 de maio de 1985.

Ao 3º dia do mês de maio de 1985 foi realizada, no Salão dos Pratos do Palácio dos Bandeirantes, a 17ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - Consema, cuja pauta constaram os seguintes itens: 1) Aprovação da ATA da Reunião anterior; 2) Discussão das minutas de projetos de lei sobre reestruturação do Consema e sobre redução dos limites territoriais dos Parques, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental do Estado; 3) Avaliação dos trabalhos realizados pelo Colegiado do Conselho Estadual do Meio Ambiente nos seus primeiros dois anos; 4) Diversos. Participaram os seguintes membros: **Dr. José Pedro de Oliveira Costa; Secretário Executivo do Consema; Dr. José Ricardo de Carvalho, Dr. Luiz Gonzaga Modesto de Paula; Dra. Maria Helena Rocha Antuniassi, Dr. Clayton Ferreira Lino, da Secretaria Executiva do Consema; Dra. Stela Goldenstein Carvalhaes, da Secretaria de Economia e Planejamento; Dr. Eduardo Pires Castanho; Dr. Francisco Graziano Neto, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Dr. João Oswaldo Leiva, Secretário de Obras e do Meio Ambiente, Dr. Ícaro Aranovitch Cunha e Dr. Júlio Petenucci, da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente; Dr. Augusto Humberto Vairo Titarelli, da Secretaria da Cultura; Dr. Ivan Carlos Maglio, da Secretaria do Interior; Dr. Rafael Kertzmann, da Secretaria dos Negócios Metropolitanos; Dr. Fredmar Correa, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental-Cetesb; Dr. Jorgino Nogueira Neto, da Companhia Energética de São Paulo-CESP; Dr. Miguel Fernando Von Behr, da Secretaria Especial do Meio Ambiente-MINTER; Dr. Antonio Augusto Mello de Camargo Ferraz, da Procuradoria Geral da Justiça; Dr. Dante Mariutti; da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP; Dr. Ovílio José Azevedo Ferraz; Dr. Luiz Carlos Gomes Simões; Dr. Mauro Antonio de Moraes Victor; Dr. Gastão Gonçalves da Silva; Dr. Paulo Isnard Ribeiro de Almeida; Dr. Sérgio Dialetachi; Dr. Antonio Carlos Sarti.** 1) Dr. José Pedro: abrindo a reunião submeteu à aprovação a Ata da 16ª Reunião. Todos aprovaram. Dr. José Pedro: justificou a ausência do Senhor: Governador. Informações: Dr. José Pedro: sobre os problemas da Serra do Mar que serão discutidos na próxima reunião, com a presença do Governador e dos Secretários que tem atribuições específicas sobre a área; sobre os trabalhos em desenvolvimento pela SOMA, para os problemas de desmoronamentos na Serra do Mar, no trecho de Cubatão; sobre os estudos em andamento no IPT e Instituto Florestal para estabilidade da Serra. Dr. Leiva: deu notícias sobre a última reunião do Ceeiguape, quando foi apresentada a proposta para a Barragem do Valo Grande como solução definitiva para a regularização das vazões do rio e seu aproveitamento múltiplo num prazo de 30 anos; esta proposta prevê o rebaixamento da barragem a cota -1,40 e a execução de comportas de cerca de 160 m de comprimento, envolvendo recursos da ordem de 50 bilhões de cruzeiros. O projeto foi aprovado na reunião do Ceeiguape, com 1 voto contra dado pelo Sindicato dos Agricultores, e será encaminhado ao Ceeibh para aprovação. Deverá ser aprovado pelo Governo do Estado, Consema e CIRM do Ministério da Marinha. Citou a ponte Iguape/Ilha Comprida, que está com suas obras paralisadas, precisando da intervenção do Estado, com verba de aproximadamente 2 bilhões de cruzeiros para continuidade. Pediu uma manifestação do Consema a respeito; a ser encaminhada ao Governador. Dr. Dante Mariutti: perguntou a razão do voto contrário do Sindicato dos Agricultores. Dr. Leiva: esclareceu que querem a remoção da barragem e concordam com a solução emergencial. Dr. José Pedro: informou que é o representante do Consema no Ceeiguape, pelo Estado de São Paulo, e que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

seu voto foi a favor dos vertedouros, condicionando-o a reunião: e discussão de hoje sobre a questão. Solicitou ratificação da indicação do seu nome como membro titular e do Dr. José Ricardo como suplente no Ceeiguape. Todos aprovaram. Solicitou autorização para criação de carteira de identificação e distintivo para os funcionários da Secretaria Executiva e para os Conselheiros. Todos aprovaram. Comunicou a aprovação por unanimidade do tombamento da Serra do Mar pelo Condephaat propondo um voto de louvor aos seus Conselheiros, e ao Secretário da Cultura por esta decisão. Dr. Mauro Victor: pediu esclarecimentos sobre a área tombada. Dr. José Pedro cerca de 1.300.000 ha, abrangendo a Apa da Serra do Mar, Apa Cananéia-Iguape-Peruíbe a menos da Fazenda Jussara, a área de desapropriação da Nuclebrás, os Parques Estaduais e Reservas já existentes havendo a preocupação de recuperação das áreas já afetadas. Dra. Stela: perguntou quanto as áreas urbanas e industriais, incluídas no perímetro tombado. Dr. José Pedro: o Condephaat não discutiu detalhes dos limites do parque da Serra do Mar, mas sim referendou os limites das áreas protegidas existentes. Prof. Titarelli: esclareceu que o tombamento é instrumento de intervenção para tentar impedir o agravamento da deterioração, não podendo ser excluídas áreas em que a encosta está sendo afetada, com repercussões diretas na baixada e no complexo industrial. Dra. Stela: informou sobre o plano de emergência com relação aos escorregamentos os da Serra do Mar, sob coordenação do Grupo Executivo para Área de Cubatão. Dr. Ocílio: perguntou quanto á Serra da Bocaina no tombamento. Dr. José Pedro: a Serra da Bocaina não foi considerada no complexo da Serra do Mar, mas não está excluída de outros processos de tombamento. Colocou em votação moção proposta ao Condephaat. Todos aprovaram, com a ressalva da Dra. Stela quanto a revisão dos perímetros do Parque da Serra do Mar nas áreas habitadas e industrializadas. Dr. Leiva: chegamos à conclusão que os deslizamentos são provocados pela poluição industrial, e que os custos das obras deverão ser rateados entre as indústrias e o Estado. Dra. Stela: as possibilidades de ação na área são: o controle da poluição; obras de contenção localizadas; desassoreamento dos canais; proteção dos dutos e depósitos de materiais de alto risco e o repovoamento vegetal da serra. Dr. Castanho: esclareceu que existe um Grupo de Trabalho na SAA estudando o assunto, e estudo do Instituto Florestal que reconhece não termos tecnologia adequado para a questão. É necessário uma missão interdisciplinar e eventualmente internacional. Prof. Titarelli: são críticos os episódios pluviométricos que: se associam a situações de movimentos de massa; as demais situações de erosão intensificada podem receber tratamento de contenção. Dr. José Pedro: propôs recomendar ao Governo estudo sócio-econômico nas APAS em especial na Apa Serra do Mar, abrangendo alimentação, saúde, saneamento, educação, etc.. Dr. Castanho: propôs como adendo uma avaliação sistemática nas Apas, com relatório anual. Todos aprovaram. Dr. José Pedro: informou da solicitação feita pela Secretaria de Planejamento, para realização de um seminário internacional que pudesse privilegiar a proteção e o desenvolvimento sustentado da região lagunar de Cananéia/Iguape, objeto de convênio entre o Estado de São Paulo e o Estado do Paraná. Pediu autorização do Conselho para dar andamento a esses trabalhos e outros de colaboração com outros Estados de relevância para a proteção ambiental. Todos aprovaram. 2) Discussão das minutas de projetos de lei sobre reestruturação do Consema e sobre condição para redução dos limites territoriais dos Parques, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental do Estado. Dr. José Pedro: o objetivo de reestruturar o Conselho é permitir uma atuação mais sólida passando a- ter através da lei, atribuições de órgão executor conforme solicitação de diversos Conselheiros ao longo de nossas reuniões. Para tanto, foi elaborada minuta de projeto de lei que propõe também pequenas modificações na sua composição, e incorporando a Política Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais propõe a nova



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

denominação de Conselho Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. Abertos os debates, os Senhores Conselheiros apresentaram propostas a respeito, sendo feita em seguida sua votação. Dr. Castanho: 1) propôs a exclusão da expressão "recursos naturais" da denominação do Conselho para não ferir a competência de outros órgãos; empate na votação, devendo haver deliberação por parte do Senhor Governador; 2) propôs substituir as expressões "estabelecer" por "coordenar o estabelecimento" para os assuntos relativos aos recursos naturais e "determinar" por "recomendar" (Art. 2º, itens II e III). Retirou a proposta; 3) propõe a inclusão de órgãos executivos de cada Secretaria já representada, no caso, a Sudelpa, Emplasa e Sucem. Proposta rejeitada; 4) propôs que um representante da sociedade civil seja da imprensa ou de comunicações; proposta aprovada; 5) propôs que a sociedade civil tenha mais representantes; proposta aprovada. 6) propôs a substituição da expressão "unidade de despesa orçamentaria" por "unidade orçamentária"; proposta aprovada. 7) propôs a exclusão dos órgãos federais no caso a SEMA e o IBDF; proposta rejeitada. Dr. Castanho registra que a SAA é contra a denominação de Conselho Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Dr. Mauro Victor: 1) lembrando que a cinco anos atrás, foi proposta a criação de um Conselho com as atribuições ora discutidas propôs a transformação deste Conselho numa Secretaria para o Meio Ambiente; deliberado consultar ao Senhor Governador a respeito. 2) propôs estudo para identificar, nos países de tradição ambientalista, as formas de gestão ambiental mais adequadas à nossa realidade; proposta retirada. Dr. Simões: 1) propôs a inclusão, entre os membros, do Secretário da Educação; proposta aprovada; 2) propôs substituir a expressão "Conselheiro convidado" por "Conselheiro designado"; proposta aprovada; 3) propôs criação de documento, com recomendação do Governador, no sentido de facilitar o acesso às informações pelos Conselheiros; proposta rejeitada; 4) propôs que a representatividade da sociedade civil seja aumentada; proposta aprovada. Dr. Ivan: 1) propôs alteração no Art. 3º, "poderá emitir", para "deverá emitir deliberações". Foram dadas explicações pelo Dr. Luiz Gonzaga; proposta retirada. 2) propôs a adoção de sistemáticas que permitam articular a representação da sociedade civil; proposta aprovada. Dr. Dante Mariutti: 1) propôs a inclusão da DNPM no Conselho; proposta rejeitada; 2) propôs que o Secretário Executivo não tenha direito a voto ordinário, votando como representante do Senhor Governador nos casos de empate; proposta rejeitada. Dr. Antonio Augusto: 1) propôs a eliminação da dupla representação, caracterizada pelas Secretarias e seus órgãos subordinados; proposta retirada; 2) propôs que o Secretário Executivo fosse considerado órgão do Conselho e não membro; proposta rejeitada; 3) propôs a inclusão da PGJ na categoria de membro nato; proposta retirada. Dr. Nogueira: 1) propôs acrescentar, no Art. 5º, item III, alínea b, a expressão "e dos recursos naturais"; proposta retirada. Prof. Titarelli: 1) propôs a inclusão de competência para ação em situações de emergência proposta aprovada. Dr. Paulo Isnard: 1) propôs a inclusão de destinação de percentual de cerca de 0,5% do orçamento - do Estado ao Conselho; proposta aprovada. Dr. Gastão: 1) propôs que entre os representantes da sociedade civil, seja aumentada representação das entidades ambientalistas; proposta rejeitada; 2) propôs que os representantes das entidades ambientalistas sejam escolhidos por eleição direta e representando a Grande São Paulo e as regiões geográficas Norte, Sul, Leste e Oeste do Estado; proposta rejeitada. Dr. Sarti: 1) propôs a criação de um grupo que estude a viabilidade da criação de uma Secretaria para o Meio Ambiente; proposta retirada; 2) propôs que a figura dos suplentes seja definida com clareza e incorporada ao projeto de lei ou ao decreto que a regulamentará; proposta aprovada. Dr. José Pedro: em vista da impossibilidade de cumprir toda a pauta da reunião, a discussão sobre a minuta de projeto de lei que condiciona à autorização pela Assembléia Legislativa a redução das áreas protegidas do Estado, e a exposição pela SOMA das



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

propostas para o Valo Grande serão feitas na próxima reunião. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, tendo esta Ata sido lavrada por mim, Mary Cristina de Araújo e Silva, que secretariei a reunião.